

## Os constantes receios de uma invasão: ameaça e estratégia de defesa da província de Mato Grosso (1850-1864)

Ana Claudia Martins dos Santos\*

**RESUMO:** : A província de Mato Grosso estava localizada em área de fronteira com a República da Bolívia e do Paraguai, sendo uma província com responsabilidade de fazer a defesa da fronteira e proteger a integridade territorial do país. Embora o estado dos fortes e fortificações fossem precárias por toda a extensão da fronteira, assim como sua debilidade na defesa, o centro das preocupações fronteiriças era com a República do Paraguai, sendo que a reclamação do governo paraguaio gerava inquietações e receios ao governo brasileiro. As reclamações quanto à necessidade em guarnecer a fronteira foi uma constante, mas principalmente durante o período de negociação da livre navegação com o Paraguai, entre 1856 e 1858. A estratégia do governo brasileiro para guarnecer a fronteira foi procurar ocupar essas áreas, fundando colônias militares em pontos importantes do ponto de vista militar e estratégicos, como a Colônia Militar de Dourados e a Colônia Militar de Miranda.

**Palavras-chave:** Defesa; Província de Mato Grosso; Império.

**ABSTRACT:** Mato Grosso province was located in the border area with the Republic of Bolivia and Paraguay, being a province with responsibility to defend the border and protect the territorial integrity of the country. Although the state of the forts and fortifications were poor throughout the length of the border, as well as its weakness on defense, the central concern was border with the Republic of Paraguay, with the Paraguayan government's complaint concerns and fears generated by the Brazilian government. Complaints about the need to garrison the frontier was a constant, but mainly during the negotiation of free navigation with Paraguay between 1856 and 1858. The strategy of the Brazilian government to garnish the border went to occupy these areas, founding colonies in important military point of view military and strategic as the Dourado's Military Colony and Miranda's Military Colony.

**Keywords:** Defense; Mato Grosso province; Empire.

Situada ao oeste do território brasileiro, Mato Grosso sempre esteve responsabilizada pela manutenção e pela defesa da fronteira, sendo essa província afastada da Corte e estando precária a situação dos arsenais e reduzida à quantidade de efetivos, era necessário que recebesse mais atenção e recursos por parte do governo imperial. Segundo Volpato, mesmo tendo um posicionamento estratégico e garantindo a manutenção da fronteira, a responsabilidade dos custeios para essa manutenção recaía grande parte sobre sua população, pois a ajuda enviada pela Corte era mínima (VOLPATO, 1993, p. 59).

O estado das fortificações e dos fortes da província era precários, o que acarretava o mau armazenamento dos materiais bélicos e a péssima acomodação dos soldados. Ao descrever as condições em que se encontrava o Forte Príncipe da Beira, o comandante João Magessi de França nos apresenta a seguinte situação:

As muralhas existem todas cobertas de figueiras, umbauvas, São Caetano, fedigozo, e capim ate he uma vergonha para os meos antecessores, as figueiras e umbauvas nascidas entre as pedras das muralhas, já forçarão a desunião das mesmas; [...] As grandes armazéns, casa de comandante, Quartéis, Igreja, e mais acomodações, com um sem numero de goteiras, e o telhado em alguns armazéns com grande falta de telhas, a antiga ferraria já o telhado abateo-se [...].<sup>1</sup>

A explicação do presidente da província sobre o estado precário do Forte Príncipe da Beira é de que a má condição desse forte, deve-se ao fato de estar localizado em um município decadente (Distrito de Mato Grosso) e em uma localidade que não requer tanta atenção (fronteira com a Bolívia), sendo necessário fazer os reparos que os poucos recursos provinciais possibilitariam em lugares que requerem mais cuidados e com relevância para a proteção da província nesse momento.<sup>2</sup> Mas, esse estado de ruínas foi algo comum a outras fortificações no decorrer do período analisado, como o Forte de Coimbra, considerado a fortificação mais importante da província, estando localizado na região litigiosa com o Paraguai.

Embora a maior parte da fronteira da província de Mato Grosso fosse com a Bolívia, este país não era o centro das preocupações fronteiriças do governo brasileiro. Não era esperado desse país uma atitude hostil que pudesse colocar em risco a província de Mato Grosso, sendo que as recomendações do governo imperial em relação às reclamações bolivianas direcionadas ao governo provincial eram que apenas alguns pontos estratégicos, como Corixa e Casalvasco, fossem mantidos guarnecidos.

As reclamações do governo boliviano sobre a ocupação por forças armadas brasileiras do território litigioso que a Bolívia considerava como sua posse, como o caso da Corixa Grande (Tremedal), não eram vistas como uma ameaça que pudesse ser concretizada, sendo que, ao contrário do pedido de desocupação para evitar maiores reclamações, em alguns momentos, o governo brasileiro pedia para que fossem reforçadas a guarnição no local a fim de manter a ocupação brasileira.<sup>3</sup>

Em instrução a presidência da província sobre o posicionamento frente às reclamações do governo boliviano, o encarregado dos Negócios do Brasil junto à Bolívia expõe que esses limites não estariam demarcados e quando questionado sobre a presença de força armada brasileira nesse local, dizia que não lhe competia discorrer ou decidir sobre tal assunto, como prorrogar a permanência brasileira nesses pontos.<sup>4</sup>

Instrução que não era direcionada no caso de reclamações do governo paraguaio, como pode ser percebida no caso da ocupação do Pão de Açúcar (Fecho dos Morros) por força armada brasileira. As reclamações do governo paraguaio geravam inquietação e receios às autoridades brasileiras, pois temiam que os paraguaios viessem a concretizar a invasão da província de Mato Grosso, mas acreditavam num acordo entre os países.

Em 1847, o ministro da Guerra recomendou ao presidente da província de Mato Grosso para guarnecer o Pão de Açúcar, mas não foi realizado alegando a falta de recursos humanos e materiais. A divergência de posicionamento com relação a esse destacamento voltou a acontecer em 1850, quando o governo da província João José da Costa Pimentel enviou uma pequena guarda defensiva para se fixar nesse destacamento, sem ter recebido ordens para tal empreendimento. Tal medida não agradou ao governo imperial, que viu no acontecimento um risco às negociações, estas referentes à livre navegação e aos limites, que vinham sendo empreendidas pelo Encarregado dos Negócios do Brasil em Assunção, Pedro de Alcântara Bellegarde, que pediu que a ordem fosse revogada e caso já tivesse ocu-

pado o ponto que este fosse evacuado (CORREA FILHO, 1993, p. 527). O interesse do Brasil por esse destacamento não era maior que a vontade de manter uma boa relação com o Paraguai, preferindo não ocupar o Pão de Açúcar sem prévio acordo com esse governo.

Conforme temia Bellegarde, a ocupação do Pão de Açúcar não agradou ao governo paraguaio, prejudicando o andamento das negociações. A ordem para a evacuação do ponto não chegou a tempo de evitar que o destacamento fosse atacado por forças paraguaias em outubro do mesmo ano, resultou em baixa para a força armada da província. O comandante do Forte de Coimbra diz o porquê não realizou a desocupação do destacamento a tempo de evitar tal incidente, pontuando que teria prazer em ter realizado essa ação se a ordem não tivesse chegado três meses depois de ter ocorrido o ataque:

Teria summo prazer se pudesse cumprir com as sabias determinações de V. Ex<sup>a</sup>. por que Ex.<sup>mo</sup> Senr., a sobrestação da marcha do destacamento destinado para o Pão d'Assucar, ou a desocupação delle logo que foi exigida pelo nosso Encarregado de Negócios, teria-nos poupado algumas vidas, derramamentos de sangue, e quiçá quebra na Dignidade Nacional; mas infelizmente o acontecimento teve lugar em 14 de Outubro, e o Officio de V. Ex<sup>a</sup>. foi-me entregue em janeiro do anno seguinte. Cumpre-me porem assegurar a V. Ex<sup>a</sup>. que envidarei todos os meus esforços para que voltem as coisas n'esta Fronteira ao estado em que ellas se achavão antes do acontecimento acima referido; por que neste sentido são as ordens que hei recebido do Governo da Provincia.<sup>5</sup>

A precariedade da comunicação entre a província e a Corte não ficou restrita a esse momento, mas o episódio evidencia bem a debilidade de defesa da fronteira e a conturbada relação com o Paraguai. O próprio João José da Costa Pimentel já havia reclamado da falta de informações sobre o andamento dos negócios na região do Prata. Possivelmente a medida por ele adotada buscava amenizar o problema sobre o estado precário em que se encontravam as fortificações, fato vistoriado em sua viagem realizada à fronteira do Baixo Paraguai. Quando estava aquartelado no Forte de Coimbra, Leverger referiu-se a essa invasão paraguaia ao Pão de Açúcar para ressaltar a superioridade numérica militar paraguaia em relação à força armada brasileira (CORREA FILHO 1993, p. 538).

Por mais que a província estivesse vulnerável em toda a sua extensão, como nos considerou Leverger, a preocupação do governo era com a fronteira sul da província, divisa com a República do Paraguai. A relação do Brasil com o Paraguai era conturbada e nenhum desses países queria ceder quanto à parte pretendida da região que considerava de sua posse para chegar a um acordo de limites. A essa localidade fora destinado um maior número de homens e recursos da província, bem como reparos de fortes e a criação de colônias militares.

As reclamações dos comandantes do distrito de Mato Grosso aconteceram em Vila Maria e nos demais pontos da fronteira com a Bolívia, quanto à insuficiência de força para a guarnição, a redução da força sem poder colocar outras em substituição para realizar os exercícios com regularidade eram as mais comuns. Embora reconhecesse que a força armada presente para guarnecer esses pontos não era suficiente para fazer a guarnição, o presidente da província considerava que os destacamentos na fronteira sul eram mais importantes para se preocupar naquele momento.

Há outros pontos que he de maior urgencia reforçar como v.g. a fronteira do Baixo Paraguay, da qual parece V. m. fazer idéia pouco exacta. Demais, tenho de mui brevemente entabolar-se ajustes diplomáticos entre o nosso Governo e a República da Bolívia, pouco por ora receio por esse lado [...]<sup>6</sup>

Augusto Leverger demonstrou preocupação durante o período em que esteve no governo, quanto ao andamento da relação do Brasil com o Paraguai, temendo que as ameaças de invasão viessem a se concretizar, pois segundo ele “esta fronteira o principal teatro da guerra com o Paraguay o resultado será funesto para o Império.”<sup>7</sup> E procurou reforçar o alerta de que a fronteira precisava estar preparada para conter um possível ataque do país vizinho.

O alerta de Leverger não foi suficiente para resolver essas questões, pois os presidentes que o sucederam no governo continuaram pontuando a necessidade de garantir a fronteira e reforçar seu poderio militar, que devido ao estado precário tanto de material, quanto das fortificações, da força armada sem disciplina e sem preparação militar, a fronteira encontrava-se vulnerável para uma ação hostil dos países vizinhos.

As forças armadas apresentavam-se como um elemento fundamental para a proteção da província de Mato Grosso. Os meios para serem empregados na defesa fossem soldados ou recursos materiais, eram escassos. Responsável por realizar a defesa de Mato Grosso, o Exército nessa província, assim como nas demais províncias do Império, sofria com a falta de homens e com a falta de recursos materiais considerados adequados para atender as necessidades de defesa.

Havendo em depois de assumir o commando desta colonia lido as instruções, vendo o pessoal de que é composta a força desta, do impróprio e diminuto armamento que aqui existe, limitada quantidade de munição e sem equipamento algum, e olhando para esta vastíssima planície sem meio algum de defesa, e pensando na distancia de vinte cinco leguas que separa o Corpo de Cavallaria, sem que possa socorrera este ponto senão talvez passando o mal; e a vista da crise ou ameaça dos nossos mui próximos vizinhos Paraguayos tem me posto perplexo [...]<sup>8</sup>

Há registros de reclamações constantes nos relatórios sobre as guarnições e destacamentos militares, constatando que as forças armadas não eram suficientes, estando cada vez mais reduzidas por não conseguir substituir as baixas. Era uma situação que não tinham condições de fazer a defesa e garantir a guarnição dos destacamentos nem prestar auxílio às demais colônias sem algum prejuízo.

Durante as negociações do acordo de livre navegação com o Paraguai não foi descartada a possibilidade de um conflito armado entre os dois países, sendo visto como necessário o guarnecimento da fronteira do Baixo Paraguai, sul da província de Mato Grosso. Esse receio levou o governo imperial a enviar Augusto Leverger, presidente e comandante das Armas na província, a um aquartelamento na fronteira sul e concentrar nessa localidade a força armada existente.

Augusto Leverger chegou ao Forte de Coimbra em 12 de fevereiro de 1855 e mesmo sem saber por quanto tempo teria que passar distante da capital, preferiu transferir a sede do governo para o Forte de Coimbra a transferir o governo ao vice<sup>9</sup>, o liberal Albano de Souza Osório. O que demonstra a desconfiança em relação aos liberais, embora não tenha deixado de indicar liberais para o cargo de vice como tática política para se aproximar e

manter a ordem dentro da conciliação política. Leverger encarregou até as correspondências ao bispo D. José para recebê-las e entregar aos órgãos correspondentes, além de enviar ao Forte de Coimbra uma cópia dos ofícios que lhe chegassem (CORREA FILHO, 1993, p. 531).

Antes de ser enviado para o Forte de Coimbra, Augusto Leverger já havia tomado várias medidas para guarnecer a fronteira sul da província de Mato Grosso, pois em 1853 as discussões sobre a navegação fluvial entre o Brasil e o Paraguai chegaram a um ponto elevado de desentendimento, onde o Paraguai demonstrou elevada capacidade de mobilização militar.

Os recursos militares existentes foram encaminhados para a fronteira do Baixo Paraguai, com a intenção de “pôr essa fronteira no melhor estado possível de defesa, deveriam preparar-se para a possível eventualidade de hostilidades com a República do Paraguay”, sendo recomendado ao comandante do corpo de cavalaria do distrito de Vila Maria que permanecesse com a cavalaria nessa vila, no Baixo Paraguai, onde já estavam localizados. Recomendou-se ainda enviar para esse local mais praças e informar a quantidade de canoas existentes e a quantidade necessárias a se adquirir para fazer o transporte dos praças, bem como a carga a ser enviada para o baixo Paraguai. Essas recomendações também foram direcionadas ao comando da Força Naval da província, para que a pequena força existente estivesse pronta para enfrentar um conflito próximo.<sup>10</sup>

Aos distritos do Baixo Paraguai<sup>11</sup> foi recomendado que concluísse com brevidade as obras militares que careciam o distrito, mas de modo que não esgotassem a força dos soldados, pois estes deveriam entrar em serviço de campanha a qualquer momento. As recomendações do presidente da província eram objetivas, temendo que a qualquer momento os paraguaios pudessem romper a fronteira do Baixo Paraguai. Diante dessa possibilidade, Augusto Leverger procurou direcionar os poucos recursos da província para essa região, tentando amenizar a precariedade existente nessa localidade com o que a província podia oferecer naquele momento. A recomendação ao comandante de Vila Maria para o deslocamento da força armada para o sul da província fez perceber que não havia medo de que a Bolívia pudesse agredir a fronteira norte da província; o perigo estava ao sul.

Concluir as reformas nas fortificações, disponibilidade de canoas para transporte, depósito de lenha em Albuquerque, deslocamento de praças, foram algumas das medidas tomadas pelo presidente da província, de modo que,

até Janeiro proximo futuro esteja essa Fronteira e sua guarnição promptas para as eventualidades de huma guerra offensiva e defensiva [...] Estes preparativos devem fazer-se com todo o possível disfarce, espalhando-se que são medidas de cautela, e nada mais.<sup>12</sup>

O próprio Leverger descreve o resultado dessa mobilização:

À Outubro do anno proximo findo recebi Avisos reservados dos Ministérios da Guerra e da Marinha communicando-me os projectos do Governo a respeito do Paraguay, prescrevendo-me as medidas q. devia tomar até Janeiro do anno seguinte, e annunciando-me a proxima remessa de trem de guerra, gente e dinheiro de que havia grande falta.

Acabou o anno sem que se recebesse cousa alguma. Em Janeiro chegou huma remessa da Intendencia da Marinha da Corte. O principal artigo era artilharia. Vierão carretas, palarmenta e munição; os canhões porem havião ficado na Provincia de S. Pau-

lo! [...] Entretanto, desde logo que recebi os referidos Avisos, procurei tirar o possível dos mingoados recursos que tinha a Província. Fiz seguir para a fronteira o que tinha disponível em tropa, armamento e munição, e remetti também copia de viveres. [...] E, no dia 1º de Fevereiro, parti para este lugar onde determinarão os citados Avisos que eu estivesse para acautelar qualquer emergencia e esperar ordens. [...] Por espaço de sete mezes estive esperando cada dia, a cada hora a chegada do vapor que devia determinar o meo destino e da força que está commigo. [...] Fiquei na ignorancia de haver-se ou não a nossa Divisão retirada da foz do Rio Paraguay, até o dia 25 de Setembro, em que recebi entre os Jornais do Commercio o de 27 de Maio que annuncia a chegada da mesma Divisão a Buenos Ayres. [...] Não tenho a menor ideia de quaes sejam as intenções do Governo, nem dos motivos que tem para receiar a invasão do nosso territorio<sup>13</sup>

As medidas tomadas para guarnecer a fronteira foram quase que exclusivamente no sentido local. A ajuda não chegou, nem as informações sobre as negociações no Prata. Durante o período em que estive aquartelado no Forte de Coimbra, Leverger reclamou da falta de informações, de materiais e de homens para a defesa. A demora para receber informações sobre o estado das negociações na bacia do Prata o fazia se sentir isolado em relação aos acontecimentos, chegando a considerar estar sendo ignorado pelo governo central, sem ao menos compreender o motivo da sua presença na fronteira do Baixo Paraguai.

Pouco antes de retornar a Cuiabá, Leverger escreve a Paranhos, dizendo ter pensado que sua permanência na fronteira fosse para mostrar ao Paraguai uma força maior do que a província tinha, como uma estratégia para intimidar as pretensões de invasão desse país.<sup>14</sup>

Leverger tomou ciência da assinatura do acordo entre o Brasil e o Paraguai realizado em abril de 1856, apenas quatro meses depois, pelo Cônsul Geral do Império na República do Paraguai, Amaro José dos Santos Barbosa<sup>15</sup>. Após a assinatura do acordo, ainda teve de permanecer no Forte de Coimbra e esperar chegar o encarregado para ficar em seu lugar no comando. O encarregado, Tenente-Coronel Caetano Manuel de Faria Albuquerque, só chegou ao forte no mês de outubro de 1856, partindo Leverger logo em seguida, no dia 19 do mesmo mês (SENA, 2009, p. 119).

A assinatura do acordo de navegação em 1856 não dissipou os receios de atitude hostil por parte do Paraguai, pois os embaraços com a navegação permaneceu e não foi resolvida a questão de limites como pretendia o governo brasileiro. Com isso, manteve-se a necessidade de guarnecer a fronteira sul, permanecendo a atenção do governo voltada para essa localidade e a presença dos guardas para auxiliar o Exército.

Nesse contexto, foram mantidas as viagens de vistoria pelas fronteiras. Durante o período em que estive no governo da província, Joaquim Raimundo de Lamare conseguiu se ausentar para realizar viagem de inspeção na fronteira do Baixo Paraguai. Ele realizou duas viagens para vistoria da fronteira, demorando em média sessenta dias em cada uma. De Lamare compreendia o real motivo de suas excursões à fronteira do Baixo Paraguai, buscando vistoriar a recém aberta navegação, sabendo que apesar de firmado o acordo com o Paraguai não havia garantia de que a navegação não viesse a ser interrompida a qualquer momento (SENA, 2009, p. 129).

As possibilidades de realização dessas viagens indicam que a situação política era estável, não havendo contendas que colocassem em risco a estabilidade man-



tida até o momento. Essa boa relação parecia interessar a todos, contando com ambas as facções políticas para auxiliá-lo na administração e com remessas de dinheiro do governo central para ser investido na província (SENA, 2009, p. 127-129).

De Lamare assumiu o governo da província em fevereiro de 1858, com o objetivo de prolongar a política de conciliação na província, de forma a não suscitar grandes divergências entre os grupos políticos locais, o que de fato conseguiu durante os quase dezenove meses de administração. Antonio Pedro de Alencastro (1859-1862), presidente que o substituiu no governo da província, conseguiu continuar as viagens ao Baixo Paraguai para vistoriar a situação da fronteira, mas seu governo não conseguiu manter a continuidade da política de conciliação na província (CORREA FILHO, 1993, p. 532).

O estabelecimento do prazo de seis anos para demarcar limites entre Brasil e Paraguai ocorreu durante as negociações do acordo de navegação em 1856, a estratégia adotada pelo governo brasileiro para se preparar e proteger Mato Grosso foi fortalecer a guarnição das localidades em litígio, explorar em a região fronteira e ocupá-la, fundando colônias militares (CORREA FILHO, 1993, p. 535).

A instrução de Augusto Leverger ao major comandante do Baixo Paraguai buscava ocupar e garantir a posse do terreno litigioso, pois o governo brasileiro não tinha nenhuma intenção de ceder o terreno ao norte do Apa:

O terreno contestado he pois o que medêa entre o Iguatemy e o Ivinheima, e entre o Apa e o rio Branco. A sul do Ivinheima temos estabelecimentos ru-raes que não devem ser ocupados, e resolve-o fundar junto ao rio dos Dourados, affuente meridional do mesmo Ivinheima, huma colonia militar, cujo adiantamento e estabilidade, e bem assim do estabelecimento entre o Nioac e Brilhante são de summa importancia. He não menos importante impedir que os Paraguayos occupem terrenos a Norte do Iguatemy. Devemos deixar como estão os terrenos pantanosos comprehendidos entre o Apa, o Paraguay e o chamado rio Branco, desde as cabeceiras deste, tratando porem de povoar os terrenos altos que dominão esse pantanal conservando-nos a alguma distancia do Apa, tanto quanto seja preciso para que os Paraguayos não possam allegar que se está alterando o actual uti possidetis.<sup>16</sup>

Passou a ser realizado o reconhecimento na fronteira sul da província, procurando destacar os pontos importantes para serem escolhidos para fundar as colônias militares. Os locais escolhidos eram pontos na fronteira considerados, sob o ponto de vista militar e estratégico, conveniente para fortificar e reforçar a defesa.

Assim, as colônias militares de Dourados (1856) e a de Miranda (1859) foram criadas nesse momento de tensão com a República do Paraguai, estando localizadas na faixa de fronteira com esse país. Além de apresentar para o vizinho que a área estava sendo ocupada, nessa localidade era montado um esquema militar para proteção da província.

A colônia militar de Miranda, fundada em 11 de novembro de 1859, estava localizada num dos pontos estratégicos mais importantes na fronteira sul. Com essa colônia militar, buscaram fechar o círculo de colônias existentes no sul da província (Nioaque, Brilhante e Dourados) para que pudessem prestar mútuos auxílios e proteção à população, navegação e ocupação da fronteira com o Paraguai. Essas colônias deveriam servir para

fazer a proteção da localidade limítrofe com o Paraguai e de seus moradores, como também, servir como ponto de abastecimento e de auxílio à navegação, além de dar apoio local para catequizar os indígenas próximos, para servir de auxílio no caso de uma guerra.<sup>17</sup>

O governo paraguaio agiu diferentemente, investindo na militarização do país, enviando homens a Inglaterra para treinamento militar, recrutando técnicos ingleses e comprando armamentos e materiais bélicos (DORATIOTO, 2002, p. 39). Esses investimentos em militarização causavam inquietação no governo de Mato Grosso, que via o Paraguai cada vez mais preparado militarmente e um risco a integridade da província.

Em 1856, o governo paraguaio adquiriu vários vapores da Inglaterra, o que causou grande surpresa e inquietação ao governo de Mato Grosso<sup>18</sup>:

Causou-me tanto surpresa como inquietação a noticia, que me dá V. Ex. de ter o Governo do Paraguay ultimamente mandado vir da Inglaterra quatorze Vapores pequenos e dezessete engenheiros ou maquinistas: surpresa, porque estava eu longe de pensar que os recursos financeiros daquelle Governo lhe permitissem fazer a despeza que exigem a aquisição e a manutenção desses vapores; e inquietação, pela triste convicção em que estou de que, com os mesmos vapores, poderão os Paraguayos, quando o quizerem, explorar em grande extensão o nosso rio Paraguay e os seus affluentes, em quanto não possuirmos semelhante elemento de força.<sup>19</sup>

As informações sobre essas aquisições, assim como os demais direcionamentos desse país, eram acompanhados na medida do possível pelo governo da província, que buscava estar atento às movimentações do Paraguai e ao risco que poderia oferecer a província de Mato Grosso. Ao comentar essa aquisição, Augusto Leverger acrescenta que:

Na minha humilde opinião, semelhante aquisição [...] com os recursos primários próprios do Paraguay, he indícios de não limitar se o Governo daquelle Republica a preparar-se para a eventualidade de uma guerra defensiva que receia ter com o Império, sendo alias esse material mais do que precisa o mesmo Governo para, com os meios já possui apoderar-se quando quizer dos Districtos de Albuquerque. E Miranda e da navegação de lado o rio Paraguay e seus affluentes.<sup>20</sup>

Para obter informação sobre essas compras ou demais direcionamentos militares dos governos paraguaios e bolivianos, o presidente da província de Mato Grosso realizou incursões na fronteira, principalmente ao sul, como pontuamos, mas também deixou os comandantes dos distritos militares encarregados de obter toda e qualquer informação sobre as movimentações militares, os direcionamentos quanto às delimitações de limites e ocupação das áreas litigiosas de fronteira.

A espionagem era uma prática comum entre esses países desde o período colonial, enviando indivíduos para obter informações sobre a fronteira e as pretensões do país vizinho (VOLPATO, 1987, p. 66). Era realizada de maneira a não acarretar reclamação e nem afetar a relação estabelecida. Essa vigilância acontecia com as informações de desertores, através de incursões dos indígenas ao território vizinho ou mesmo com envio de praças para espionar.

No ano em que o Paraguai mandou vir vapores da Inglaterra, o governo da província informou ao Ministério da Guerra que por meio das informações prestadas por um desertor paraguaio, pode



constatar que o Paraguai estava militarmente bem preparado, sendo que enquanto a província estava em situação precária de cavalaria, o Paraguai contava com uma cavalaria bem equipada e completa.<sup>21</sup>

As recomendações enviadas aos comandantes dos distritos militares da fronteira eram para que buscassem ter conhecimento sobre os pontos fronteiriços que estavam sendo ocupados pelos paraguaios; observar os procedimentos adotados por eles e o estado em que se encontrava o corpo militar. O governo contava com a atuação dos comandantes militares para realizar ronda na fronteira e explorar os campos próximos a essas áreas de divisas para conhecê-las e colocar os distritos em melhor estado de guarnição. A recomendação era para que fosse informado sobre qualquer ocorrência, por mais insignificante que pudesse parecer.

Assim, o governo provincial recebia informações sobre as mais diversas ocorrências na região de fronteira, sendo que os comandantes procuravam informar e buscar comprovar a veracidade das informações prestadas. Em 1862, o comandante do distrito militar de Miranda enviou para o presidente Herculano Ferreira Penna, um pedaço de couro em tiras que tinha sido encontrado durante uma ronda realizada pelo lado do Iguatemi, que segundo ele continha marcas e nomes de paraguaios<sup>22</sup>. A ação do comandante era buscar demonstrar que as ordens recebidas estavam sendo cumpridas e confirmar a presença dos paraguaios nessa localidade.

As rondas para explorar a região fronteiriça foram sendo realizadas com frequência. Numa dessas explorações, o presidente da província foi informado que o encarregado da ronda, o Alferes José Ribeiro do Nascimento, havia encontrado vestígios e estradas abertas pelos paraguaios em direção a Dourados. Segundo o comandante do Distrito Militar de Miranda, os paraguaios permaneceram próximos a essa localidade para a extração de erva-mate durante o período de extração, sendo que só se retiraram após o fim da colheita.<sup>23</sup> Segundo Doratioto (2002, p. 39), a extração do mercado de erva-mate era um dos motivos de disputas de limites entre o Brasil e o Paraguai para tentar garantir a posse das áreas de extração.

A reclamação de comandantes dos distritos militares sobre a presença de paraguaios e bolivianos que adentravam o território brasileiro para verificar como estava a situação da província era frequente. Como chegou a considerar Leverger, era quase impossível os paraguaios não terem conhecimento do que acontecia nessa região, pois possuíam uma fronteira mais bem guarnecida.<sup>24</sup>

Em fevereiro de 1862, a ronda da colônia militar de Dourados percebeu a chegada da força paraguaia, reunindo praças e colonos para esperar sua chegada. A força paraguaia contava com aproximadamente setenta homens, seguiu até Dourados para intimar o comandante dessa colônia a se retirar desse ponto, depois seguiu rumo às cabeceiras do Apa.

Nº 9. Illmo Exmo Sr. Em addiantamento ao meu officio nº.6 de 12 do corrente, cumpre-me levar a consideração de V. Ex<sup>a</sup>. As occurencias havidas depois da sahida da partida que fiz seguir no referido dia 12, commandada pelo Tenente Antonio João Ribeiro, que divia ir a Colonia de Miranda para d'alli tomar o rumo das cabeceiras do rio Apa, afim de n'esse transito encontrar com a força paraguay, commandada pelo Tenente de nome Pedro Pereira, por occasião da invasão por elle praticada no nosso territorio pela Colonia dos Dourados, como consto do officio original junto, do respectivo Tenente Commandante. Chegando o Tenente Antonio João Ribeiro na referida Colonia de Miranda, não encontrou a força paraguay, qual chegou no dia 11, e ahi passou até a manhã do dia 12, em que se paz em marcha, pafsando o rio Mi-

randa, e tomando a direcção do rio Apa, que vai dar em frente ao Forte da Bella-vista como V. Ex<sup>a</sup>. verá da parte também original junto dada pelo Alferes João Chrisostomo Moreira, Commandante interino da dita Colonia de Miranda, seguiu após pelas pisadas que deixavão, sem que a podesse alcançar, em rasão não só de estarem as suas praças bem montadas e levarem animaes a destra, como por fazerem marchas forçadas, como assim se depreheende, por serem encontrados pela nossa partida, dous cavalos mortos por cansaços, ponches, facas e mais objectos, q. pelo caminheo deixavão. Então chegando a nossa partida aquem do Apa, defronte do Forte da Bella-vista, sem que alcançasse a paraguayá não poudé seguir em rumo da Colonia dos Dourados, como estava recommendado nas instrucções dadas por este commando, por achar-se na presente occasião, intransitaveis os campos, voltando d'alli a este ponto, onde hoje chegou. Assim pois, está concludentemente recohecido haver sido invadido o nosso território por força paraguayá, vinda pelas cabeceiras do rio Dourados, internando-se até o rio do Apa, ainda terreno reconhecido nosso, que disia aquelle Tenente, assim o fazer, por ordem do Governo de sua Republica, como assim estou informando<sup>25</sup>.

Essa ocorrência foi considerada pelo governo brasileiro como um empreendimento do Paraguai para intimidar e promover a desocupação de uma região que ambos reivindicavam a posse, além de servir para expor a vulnerabilidade militar da província de Mato Grosso.

Segundo Ruy Coelho de Barros, essa não foi a única investida dos paraguaios nesse período, conforme conhecimento das autoridades brasileiras. No ano seguinte, 1863, chegou a Corumbá um 'fazendeiro' paraguaio com carta de recomendação direcionada a um comerciante da região, alegando interesse em adquirir fazenda de gado na localidade. Durante essa visita, procurou conhecer o sul da província, mais especificamente Miranda, Bela Vista, Nioac e a Colônia de Dourados. Quando retornou a Mato Grosso quase um ano depois, foi para fazer a ocupação do sul da província como Coronel Isidoro Resquin da Cavalaria do Exército paraguaio (BARROS, 2007, p. 55).

As ocorrências na fronteira com a Bolívia eram em sua grande maioria consideradas pelas ações isoladas de indivíduos moradores da fronteira, do que pelo empreendimento desse governo contra o Império, e, por mais espinhosa que fosse não era vista como um risco a relação entre esses dois países. As reclamações de ambos ao governo, nesse sentido, eram comuns quanto ao roubo de gado e à perseguição de escravos.

Em 1863, o presidente da província de Mato Grosso, Alexandre Manuel Albino de Carvalho, enviou uma reclamação ao governo boliviano sobre um roubo de gado na Fazenda Nacional de Casalvasco praticado por um boliviano, sendo tal ato considerado um atentado ao território brasileiro. O roubo foi efetuado pelo boliviano com a ajuda de um desertor brasileiro e um indígena, mas isso não foi considerado relevante para direcionar a reclamação. O que está em discussão entre os dois governos é o desrespeito considerado por ambos, alegando invasão do território alheio. Isso porque, ao ser informado ao receber o pedido por parte do presidente da província de Mato Grosso para que fosse tomada providencia a esse respeito, para que tais ocorrências não voltassem a se repetir, o Subprefeito de Santa Cruz rebateu dizendo que a prisão teria sido efetuada em território boliviano, requisitando a devolução dos objetos apreendidos, assim como, seriam necessárias as providencias para evitar casos semelhantes.<sup>26</sup>

A não demarcação de limites, com território litigioso entre esses países, fazia com que essas reclamações fossem comuns. Outra situação era quanto à entrada de soldados brasilei-

ros em região considerada pelo governo boliviano como de sua posse, para prender escravos e desertores. É uma situação que resultava em reclamações por parte dos dirigentes da província, com a diferença que não se tratava de roubo ou saque, mas desrespeito aos limites da vigência do controle do governo brasileiro. Ao receber o pedido de explicação do comandante da fronteira de Santa Cruz sobre a entrada de soldados brasileiros, o comandante de Vila Maria alega não ter ofendido as relações amigáveis com a Bolívia, pois a região entre a Corixa e Salinas não era considerada pelo governo brasileiro como pertencente aquele país.<sup>27</sup>

O andamento da relação do Brasil com os países fronteiriços, na parte em que estes delimitam com a província de Mato Grosso, interferiu nos direcionamentos e nas necessidades militares dessa província. Por ser área de fronteira, os praças do Exército estavam em sua maioria empregados em pontos de guarnição. A precariedade dos destacamentos, a distância da capital, a dificuldade de comunicação, criavam uma situação singular no cotidiano dos militares.

As dificuldades de mobilização para o serviço militar eram constantes na província de Mato Grosso. Embora a necessidade de efetivos militares para a defesa da província tenha se elevado na segunda metade da década de 1850, a capacidade de mobilização não sofreu interferência significativa, ficando o número de efetivos desfalcado para atender as necessidades da província. Diante dessa situação, foi constante a reclamação dos presidentes e comandantes dos distritos militares quanto à insuficiência da força armada e deficiência de matérias para o corpo militar e reparos nos fortes e fortificações.

O Exército em Mato Grosso tinha uma regulamentação específica para os oficiais, que recebiam adicional por prestar serviço em região fronteiriça. Quanto aos praças, continuavam sendo recrutados entre os livres e os pobres, sujeitos a situação precária de vida, pela má condição das acomodações nos destacamentos, baixo soldo, castigos, serviço pesado, além de ficarem longe das famílias, quando próximos da fronteira. Essa proximidade da fronteira conduzia o direcionamento militar, exigindo mobilização de um ponto para o outro, ou mesmo o aquartelamento na parte sul. Os militares estavam diretamente envolvidos nessa relação de fronteira, seja para defendê-la ou mesmo como opção para deserção. Além disso, o direcionamento das negociações com os países vizinhos refletia diretamente no Exército, sob sua organização e mobilização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

Livros de Correspondências (086, 116, 119, 123, 164, 184, 190, 210, 219)

Latas de documentos avulsos (1851, 1851 A, 1852 A1, 1861 B1, 1861 C2, 1862 D2).

RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1861. Typ. da Voz da Verdade, 1861.

## Bibliografias:

BARROS, Ruy Coelho de. **A Guerra com o Paraguai – aspectos polêmicos:** aprofundamentos. 2007. 159 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso.** Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra:** nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VOLPATO, Luiza R. Ricci. **A conquista na terra no universo da pobreza:** formação da fronteira oeste do Brasil 1719-1819. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cativos do sertão:** vida cotidiana e escravidão em Cuiabá 1850-1888. São Paulo: Ed. Marco Zero; Cuiabá, MT: Ed. da UFMT, 1993.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Territórios e negócios na “Era dos Impérios”:** os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes:** a dinâmica política nas fronteiras do Império: Mato Grosso 1834-1870. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2009.

## Notas

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente atua como professora contratada junto ao Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso.

<sup>1</sup> Alferes Comandante do Quartel do Forte Príncipe da Beira João Magessi de França ao presidente da província Augusto Leverger em 22 de novembro de 1851. Lata 1851 A. APMT

<sup>2</sup> Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá em 19 de janeiro de 1852. Lata 1852 A1. APMT

<sup>3</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Souza ao presidente da província Augusto Leverger em 27 de outubro de 1851. Livro 119, R.28, F.03 APMT

<sup>4</sup> Encarregado de Negócios do Brasil junto a República da Bolívia Antonio José Lisboa em 05 de Junho de 1850. Registro de Correspondência da Província com o exterior. Livro 086, Estante 06, R024, F05. APMT

<sup>5</sup> Comandante Geral Interino do Quartel do Comando Geral no Forte de Coimbra Antonio Peixoto de Azevedo ao ministro da Guerra Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Lata 1851 A. APMT

<sup>6</sup> Augusto Leverger ao comandante do distrito militar de Vila Maria em 20 de maio de 1851. Registro de correspondências entre a província e os comandantes militares 1851-1852. Livro 116, R. 28, F.01 APMT

<sup>7</sup> Augusto Leverger ao ministro da Guerra Marquês de Caxias em 14 de fevereiro de 1856. Registro de avisos reservados recebidos dos ministérios. Livro 219, Estante 08, R 40, F 07. APMT

<sup>8</sup> Colônia Militar dos Dourados em 16 de março de 1862. Lata 1861 C2. APMT

<sup>9</sup> Através do Decreto nº 207 de 19 de setembro de 1841, a nomeação do vice-presidente deixa de ser uma atribuição realizada pela Assembleia Legislativa Provincial, passando a ser uma atribuição feita via decreto imperial. O vice-presidente era escolhido entre os políticos locais, sendo ou não um dos nomes indicados a Corte pelo presidente da província. Era um cargo muito importante, pois na ausência do presidente o vice poderia assumir a presidência ficando no cargo por até três meses, levando em consideração a distância da província e o tempo gasto para uma nova nomeação. SENA, Ernesto Cerveira de. Entre Anarquizadores e pessoas de costumes. Op. cit., p. 70

<sup>10</sup> Augusto Leverger ao Comandante do Distrito militar do Baixo Paraguai em 22 de Novembro de 1853. Registro de Correspondência Reservada Presidencial com interior e exterior da Província. Livro 123, Estante 06, R 028 F06. APMT

<sup>11</sup> Compreende Coimbra, Albuquerque, Nioaque, Miranda e Dourados.

<sup>12</sup> Augusto Leverger ao comandante do Distrito militar do Baixo Paraguai Antonio Peixoto de Azevedo em 26 de outubro de 1854. Registro de correspondência reservada presidencial com o interior e o exterior da província. Livro 123, Estante 08, R. 28, F.07 APMT

<sup>13</sup> Augusto Leverger ao ministro do Império em 1 de outubro de 1855. Registro de avisos reservados recebidos dos Ministérios. Livro 219, Estante 08, R.40, F.07. APMT

<sup>14</sup> Augusto Leverger ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos em 6 de outubro de 1856. Livro 219, Estante 08, R 40, F 07. APMT

<sup>15</sup> Registro de avisos reservados dos ministérios de 1856. Livro 219, Estante 08. APMT

<sup>16</sup> Augusto Leverger ao comandante da fronteira do Baixo Paraguai em 28 de outubro de 1856. Registro de avisos reservados recebidos dos ministérios. Livro 219, Estante 08, R 40, F 07. APMT

<sup>17</sup> Registro de correspondência entre a província e os comandantes de corpos de distritos, de destacamentos militares e cirurgiões do corpo de saúde 1857-1860. Livro 164, Estante 07, R.33, F.07. APMT.

<sup>18</sup> Até a década a 1860 o Brasil possuía apenas seis vapores Paraguassú, Anhambahy, Paraná, Jaurú, Corumbá e o Alpha. RELATÓRIO do Presidente da Província de Mato Grosso, o Coronel do Corpo de Engenheiros Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1861. Typ. da Voz da Verdade, 1861.

<sup>19</sup> Augusto Leverger ao Marques de Caxias em 28 de janeiro de 1856. Livro 219, Estante 08, R.40, F.07

<sup>20</sup> Augusto Leverger ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos em 14 de fevereiro de 1856. Livro 219, Estante 08, R 40, F 07. APMT

<sup>21</sup> Augusto Leverger ao Ministro dos Negócios da Guerra Marques de Caxias em 14 de Fevereiro de 1856. Registro de avisos reservados recebidos dos ministérios. Livro 219, Estante 08, R 40, F 07. APMT

<sup>22</sup> Registro de correspondência entre a presidência e os comandantes de corpos, distritos e destacamentos militares 1860-1863. Livro 190, Estante 07. APMT

<sup>23</sup> Distrito Militar de Miranda em 25 de novembro de 1861. Lata 1861 B1. APMT

<sup>24</sup> Correspondência da província. Livro 184, Estante 07, R. 36, F. 05. APMT

<sup>25</sup> Quartel do Comando do Distrito militar de Miranda em Nioaque em 24 de fevereiro de 1862. Lata de 1862 D2

<sup>26</sup> Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao Sub-prefeito de Chiquitos e Guarayos em 26 de Abril de 1864. Correspondência oficial desta presidência com o exterior da província e do império. Livro 210, Estante 08, R 039 F09. APMT

<sup>27</sup> Quartel do Comando Geral da Fronteira de Vila Maria no ponto das Onças em 01 de janeiro de 1851. Lata 1851 APMT